

trabalho *necessário*

issn: 1808-799X

ano 2 - número 2 - 2004

O TRABALHO NO OLHO DA RUA FRONTEIRAS DA ECONOMIA POPULAR E DA ECONOMIA INFORMAL*

Lia Tiriba **

Não sendo a demanda de trabalho assalariado idêntica ao crescimento do capital, ao invés de apenas *um*, existem muitos mundo(s) do trabalho. Nas *idades do capital* (Lefebvre, 1999) é possível perceber que, ao levar as últimas conseqüências a precarização da vida, o modelo neoliberal de acumulação obriga as pessoas a (re)criar antigas e novas formas de trabalho. Frente a crise estrutural do emprego, além daqueles que buscam o caminho da associatividade, organizando cooperativas e grupos de produção, nos deparamos com uma infinidade de pessoas que, apresentando-se *individualmente* (?) no mercado, fazem do espaço da rua o seu local de trabalho: são homens-estátua, malabaristas, comedores de fogo, distribuidores de panfletos, catadores de latinhas, vendedores de pamonha, doces e salgados. Sem falar da grande quantidade de vendedores de durepox, canetas, despertadores, escovas de dente da Xuxa e mil e uma coisas fabricadas no Paraguai e em outros *campos de concentração econômica* (Nuñez, 2003).

De acordo com o senso comum dos que transitam pela cidade, estes especialistas em “tecnologias de sobrevivência” são considerados – indiscriminadamente - trabalhadores *informais*. Mas, qual a diferença entre o vendedor de prestobarba e o vendedor de ervas medicinais? Qual a racionalidade econômica da atividade da trabalhadora que (ao invés de bauduco) vende biscoitos caseiros, com a ajuda dos familiares? Afinal, a que setor(es) da economia pertence esta camada social que, segundo Marx (1984:208), não compo

o “exército ativo” e tampouco o “peso morto do exército industrial de reserva”, mas proporcionando ao capital “um reservatório inesgotável de força de trabalho”, representa a “categoria estagnada” da superpopulação relativamente excedente? Economia popular e economia informal são “farinha do mesmo saco”?

Os conceitos de economia formal e economia informal não são suficientes para explicar a complexidade das relações sociais, o conceito de economia popular nos ajuda a diferenciar a racionalidade das formas de fazer a economia. De acordo com o conceito de *economia popular*, “tendo os trabalhadores a posse e/ou a propriedade individual ou associativa dos meios de produção, ao invés do emprego da força de trabalho *alheio*, o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência imediata como também para produzir um excedente que possa ser trocado, no mercado da pequena produção mercantil, por outros valores de uso. Não se caracterizando pelo investimento de capital, mas pelo investimento em força de trabalho, o trabalho se constitui no principal fator de produção, constituindo-se como a gênese e, ao mesmo tempo, resultado do conjunto dos demais fatores do processo de produção de bens e serviços.” (Icaza e Tiriba, 2003: 104). Neste setor participam, por exemplo, os trabalhadores das cooperativas *populares* e empresas autogestionárias, como também as crianças-malabaristas que fazem um verdadeiro espetáculo no sinal de trânsito.

O fato do trabalhador ser oriundo dos setores populares, não confere à sua atividade o status de pertencer à economia popular. Compartilhando da mesma lógica da economia solidária, a economia popular nega o emprego da força de trabalho como uma mercadoria. Assim, ao contrário de ambas, “da economia informal fazem parte as atividades de produção e distribuição de bens e serviços promovidas pelos empresários, ou seja, por aqueles que buscam o enriquecimento próprio, mediado pela exploração da força de trabalho daqueles que não são os proprietários dos meios de produção” (Ibid:105). Apesar do discurso das autoridades públicas quanto à necessidade de “moralização do mercado” e “ordenação do espaço público”, as atividades da economia informal têm servido como mais um instrumento para escoar as mercadorias produzidas nas empresas de capital, formal ou informalmente estabelecidas.

Nossa recente pesquisa^[1] revela que, assim como aqueles que se inserem na economia informal, a grande maioria dos atores da economia popular já desenvolveu algum tipo de trabalho assalariado. Mesmo na condição de empregados, já viveram, de alguma maneira, a “informalidade”; não tiveram nenhum tipo de registro e conseqüentemente, nenhum tipo de direito trabalhista ou social - *o que nos reafirma que os critérios de legalidade ou ilegalidade do empreendimento não servem como critério da classificá-lo neste ou naquele setor da economia. Além do mais, “se a economia informal tem como uma de suas características a ‘ausência de vínculo empregatício’, isto não significa que, necessariamente que o trabalhador não tenha patrão” (Ibid: 105). Na verdade, sendo tênue a fronteira entre economia formal e economia informal, não é possível mais esconder que*

a informalidade sempre foi um “bem necessário” à flexibilização das relações entre capital e trabalho – processo que, embora agudizado com as políticas neoliberais, acompanha toda a história do capitalismo. “Caminhão roubado” ou emprego roubado ??!! Afinal, quem ganha com tantos durepox e tostines nas calçada?

Vendendo sonho de valsa ou vassoura fabricada em grupo de produção comunitária, as atividades dos trabalhadores de rua não vêm sendo reconhecidas pelo poder público. Ao mesmo tempo em os ambulantes são perseguidos pela fiscalização, a própria burocracia dificulta que possam conseguir o “direito ao trabalho”. A título de ilustração (o que parece uma brincadeira!), o regulamento do exercício do comércio e atividades profissionais ambulantes do Código de Posturas de Angra dos Reis (datado de 1976, e ainda em vigor) determina, por exemplo, o modelo da cadeira do Engraxate e seu respectivo uniforme; que as Baianas devem acondicionar as mercadorias em caixas envidraçadas, apoiadas por cavaletes; que vendedores de Angu devem usar avental e gorro branco; que os tabuleiros dos incapacitados físicos não podem ultrapassar a dimensão de 0,90m x 0,60m; que as malas dos ambulantes tem que ter 0,70m. X 0,45., com 0,30m. de altura. Assim, depois de um longo tempo de trabalho nas ruas (que chega a mais de 20 anos), a imensa maioria aguarda sua licença de trabalho.

Tem sido lugar comum dizer que os trabalhadores se apresentam “individual” ou “associativamente” no mercado – o que precisa ser redimensionado. Ora, *se todo trabalho é trabalho social, não é verdade que o “trabalhador individual” exerça sozinho uma atividade.* Sendo o trabalho uma atividade humana cujo processo envolve a relação com outros homens, é possível perceber que *por detrás dos, geralmente denominados “trabalhadores por conta própria” existe um determinado número de pessoas a eles associado* Nesta perspectiva, também teríamos que considerar aqueles que estamos nomeando de *Oikotrabalhadore*s: como protagonistas ou atores-coadjuvantes da economia popular, são pessoas que, unidas por laços sociais de parentesco ou amizade, promovem e estimulam redes de solidariedade, em diferentes níveis e estilos. Sendo a melhoria da qualidade de vida o principal objetivo, das atividades da economia popular também fazem parte os mutirões para a construção de casas populares, para a limpeza do valão, a ajuda dos amigos para o conserto do telhado do vizinho; a organização de creches comunitárias, etc. Neste horizonte, os *sujeitos* da economia popular são todos aqueles que, diretamente ou indiretamente participam do processo de reprodução ampliada da vida.

Economia popular é “coisa de pobre”? A chamada “informalidade” tem facilitado a inserção dos pobres na dinâmica da economia global. *No caso da economia popular, não sendo algo que “atrapalha” o modelo de desenvolvimento econômico (atualmente hegemônico), a mesma também tem servido “como alívio aos pobres”.* Com a crise estrutural do emprego, proliferam as estratégias de trabalho e de sobrevivência, no entanto, *embora se torne, agora, mais evidente, a economia popular não é filha do desemprego e, tampouco da pobreza.* Como “uma forma de produzir e distribuir bens e

serviços que têm como horizonte a satisfação de valores de uso, a valorização do trabalho e a valorização do homem, o conceito de economia popular nos remete ao significado etimológico da palavra ‘economia’, a qual se origina do grego *Oikos* (casa) e *nemo* (eu distribuo, eu administro). Assim como *Oikonomia* diz respeito ao ‘cuidado da casa’ (entendida como morada do ser), a economia popular é a forma pela qual, historicamente, os homens e mulheres que não vivem da exploração da força de trabalho alheio, vêm tentando garantir o seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como no espaço mais amplo que envolve o bairro, a cidade, o país e o universo (aí incluído o Planeta Terra, como nossa Casa Comum).” (Icaza e Tiriba, 2003:103)

Sendo a forma pela qual, historicamente, os setores populares tentam assegurar – a seu modo - a reprodução ampliada da vida, as estratégias de trabalho e de sobrevivência atravessam diferentes formações econômicas, plasmando-se (de forma hegemônica ou subalterna) em um determinado modo de produção e/ou modelo de desenvolvimento econômico). *Apresentando-se em diferentes tempos históricos, a economia popular não é um fenômeno que se manifesta apenas no interior da sociedade capitalista, estando presente nas sociedades dos caçadores-coletores, na sociedades escravistas, socialistas, etc. Embora a economia popular não se configure, necessariamente como “economia dos pobres”, é no contexto do modelo neoliberal de acumulação de capital que ela tem se apresentado, fortemente, como tal. Neste sentido, além considerar as redes de convivência e as múltiplas relações que os seres humanos estabelecem com o mundo, não podemos esquecer que com a globalização da economia (e também da pobreza), “vale qualquer coisa sobreviver”, o que leva os trabalhadores a desenvolver atividades de diferentes naturezas. Como lembra Canclini (1998: 20), “os migrantes atravessam a cidade em muitas direções e instalam, precisamente nos cruzamentos, suas barracas de doces regionais e rádios de contrabando, ervas medicinais e videocassetes”*

Referências bibliográficas

CANCLINI, Nestor G.: *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.

ICAZA, Ana e TIRIBA, Lia: “Economia popular”. In Cattani, A.: *A outra economia*. Porto Alegre: Editora Voraz, 2003:101-109.

LEFEBVRE, Henri: *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1.999.

MARX, Karl : *O capital. Crítica da economia política*.Vol. 1, Livro 1. São Paulo.Abril Cultural, 1984.

NUÑEZ, Orlando: *Plantaciones, enclaves, maquilas y clusters ¿Factores de desarrollo o campos de concentración económicos?*. Manáguá, 2003 (mimeo)

* Publicado no Jornal dos Economistas, nú. 173, dezembro de 2003. Texto extraído do original publicado na

Revista Proposta/FASE, núm. 97, julho/ago de 2003:38:49.

[**](#) Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense-UFF. Autora do livro *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada* (Unijui, 2001) e de vários artigos sobre mundo do trabalho e formação humana. (tiriba@msm.com.br)

[1] “Educação e mundos do trabalho: retratos da economia popular em Angra dos Reis”, Universidade Federal Fluminense - UFF, 2003 (CNPq/Faperj).

